

## Artigo

### Uma microfísica do tempo

#### A microphysics of time

Iago Moura Melo

**Resumo:** Neste texto, apresentamos alguns gestos de leitura sobre a problemática do tempo-espaço dos discursos formulados em nossa tese de doutorado *Gestos do arquivo no Sul Metafórico: da língua do(s) direito(s) LGBTQIA+*. Lemos como, de uma vez, o tempo é recortado pelo discurso do *Curso de Linguística Geral* entre duas ordens, o estático e o dinâmico, sendo essa última instância excluída dos limites de seu domínio de objetividade. Criando dificuldades para a linguística em sua emergência; marcando o estado momentâneo das determinações da língua, compreendidas em razão da contemporaneidade de seus valores; suturando o (tempo) invisível como cadeia de acontecimentos (causalidade) em oposição (absoluta) ao tempo visível, reconhecido/percebido pela consciência dos falantes; emprestando o caráter de em si (assistemático) aos fatos diacrônicos; o discurso do *CGL*, em nossa interpretação, divide o Tempo entre um tempo fora da língua, resto não teorizado, identificável a um passado diacrônico que condiciona e se opõe ao tempo da língua como um presente sincrônico. Articulamos possibilidades de passagem daquele ao *tempo*, digamos, *presente* em seus efeitos, ou, mais estritamente formulado, do *presente constitutivo* (interdiscursivo).

**Palavras-chave:** distâncias discursivas; intertemporalidade; interespecialidade.

**Abstract:** In this text, we present some reading gestures on the problematic of the time-space of the discourses formulated in our doctoral thesis *Gestures of the archive in the Metaphorical South: of the language of LGBTQIA+ law(s)*. We read how, at once, time is cut by the discourse of the General Linguistics Course between two orders, the static and the dynamic, the latter being excluded from the limits of its domain of objectivity. Creating difficulties for linguistics in its emergence; marking the momentary state of the determinations of language, understood by reason of the contemporaneity of its values; suturing the invisible (time) as a chain of events (causality) in opposition (absolute) to the visible time, recognized/perceived by the consciousness of the speakers; lending the character of in itself (unsystematic) to diachronic facts; the discourse of the *CGL*, in our interpretation, divides Time between a time outside the language, an untheorized remnant, identifiable with a diachronic past that conditions and opposes the time of the language as a synchronic present. We articulate possibilities of passage from the former to the time, let's say, present in its effects, or, more strictly formulated, from the constitutive (interdiscursive) present.

**Keywords:** discursive distances; intertemporality; interspatiality.

O pensamento é uma forma particular do real e, como tal, é parte integrante do movimento objetivo e necessário das determina-

ções de desigualdade, contradição, subordinação que constituem o real como processo sem sujeito, e, por conseguinte, o pensamento não tem de modo algum a homogeneidade, a continuidade conexa, a transparência, em uma palavra, da interioridade subjetiva da consciência que lhe atribuíram, de um lado ou de outro, todas as vertentes do idealismo. O pensamento não existe na realidade senão sob a forma de regiões de pensamento separadas e submetidas entre elas a uma lei de exterioridade distribuída que não está sem relação com a exterioridade global do real em relação ao pensamento.<sup>1</sup>

Consideramos o tempo um conceito abstrato por sermos objetos macroscópicos, vivendo em uma espécie de ‘mundo do meio’, no qual o relógio parece fluir perfeitamente e igual para todos.<sup>2</sup>

O passado não é livre. Nenhuma sociedade deixa à mercê da própria sorte. Ele é regido, gerido, preservado, explicado, contado, comemorado ou odiado.<sup>3</sup>

Ver o Mundo num Grão de Areia  
E o Firmamento numa Selvagem Flor  
Segurar o Infinito na palma da mão  
E a eternidade numa hora que for.<sup>4</sup>

[...] a questão histórica das revoluções concerne por diversas vias ao contato entre o visível e o invisível, entre o existente e o alhures, o não realizado ou o impossível, entre o presente e as diferentes modalidades da ausência.[...] a questão histórica das revoluções concerne por diversas vias ao contato entre o visível e o invisível, entre o existente e o alhures, o não realizado ou o impossível, entre o presente e as diferentes modalidades da ausência. Não seria o caso de designar ao mesmo tempo como esta questão, onde o real vem se afrontar com o imaginário, diz respeito também à linguagem, na medida em que ela especifica a existência do simbólico para o animal humano?<sup>5</sup>

Os anos 60 foram extremamente profícuos para a cosmologia. Um universo *dinâmico* afeta, com a eficácia concreta de um acontecimento, a memória discursiva da física teórica, as suas “leis”:<sup>6</sup>

O cosmo estático de Copérnico, Kepler e Newton havia ficado de vez para trás. A expansão cósmica implica uma direção do tempo: existe um senso definido de passado e futuro, com *o tempo funcionando* como a ponte entre os dois. Portanto, o tempo deixa de ser apenas uma ferramenta conceitual usada para medir as mudanças que percebemos à nossa volta, passando a ser um imperativo cósmico, apontando resolutamente para o futuro (Gleiser, 2010, p. 73-74, grifo nosso).

A física teórica recombina, então, os elementos de sua discursividade, num percurso que transforma a sua prática científica em torno à problemática do *invisível*. Afetada pela *mudança de terreno* instalada pelo aparecimento de um modo outro de dizer o tempo, como tempo-*funcionamento*, não mais um tempo-conteúdo: o dispositivo da percepção, que condenava o infinito ao estático, viu-se encurralado sob a emergência de um “novo” *enunciado do tempo* como prática teórica, um concreto cuja relação com

o empírico é de, parece-nos lícito dizer, profunda *decalagem*. O tempo é, nessa sequência, *o presente, a ponte* cujo *funcionamento*, metaforizaríamos, é uma relação *a*, entre passado e futuro, compreendidos como *distâncias* no todo da estrutura espaço-temporal.<sup>7</sup>

Não querendo conciliar reais inconciliáveis, o real físico e o real que concerne às disciplinas de interpretação, desejamos dar força ao problema da *decalagem temporal* como um campo científica e politicamente enfrentável no momento atual, também e a sua maneira/história/dispositivos, pelo materialismo interdiscursivo. Isso, frisamos, no que se refere a possibilidades de desdobramento de uma compreensão do tempo como uma estrutura sobre determinante do *animal ideológico e simbólico* como *animal temporal*. As disciplinas cujo trabalho teórico se funda no real sócio-discursivo também podem articular elementos para recombinar a sua compreensão do tempo, desinstalando aí eventuais governanças, efeitos de pré-construído e comandos escriturários.

Se a física protagoniza e prolifera, nas atuais condições de produção/divisão do trabalho científico,<sup>8</sup> a enunciação de *um novo discurso do tempo*, é só e porque dita rearticulação a ela se coloca como uma necessidade inscrita no todo da Prática. É também em atenção a essa necessidade (da) prática que movemos a nossa leitura na direção de uma *microfísica do tempo* enquanto materialidade equívoca, isto é, discursiva. Do *tempo*, digamos, *presente* em seus efeitos, ou, mais estritamente formulado, do *presente constitutivo* (interdiscursivo).

Este projeto teórico inscreve-se, com a sua especificidade, no mapa polêmico<sup>9</sup> de perspectivas e proposições para “pensar o contratempo” (Robin, 2016, p. 41) do lado também da disciplina historiográfica:

Todos têm lidado com um fenômeno que dá ao passado das sociedades um ar estranho de *dejà vu*, de algo que retorna, pelo menos aparentemente, que age como uma força subterrânea, uma repetição. Repetição de situações, repetição de argumentos, de *slogans*, de retóricas, de citações presas em um imenso intertexto memorial de acontecimentos; repetição de cenas, resultados, repetição das derrotas dos oprimidos, dos humilhados e dos ultrajados, repetição de dominações.

Dando por adquirido o conceito de *interdiscurso*, compreendemos o tempo – não aquele imanente à língua, mas o que a constitui desde seu relativo *exterior*. Propomos pensar, assim, o *intertempo* a partir da construção, no arquivo discursivo, de um *quarto tempo*. Vejamos a seguinte formulação de Agamben (2005, p. 122), a qual, conforme pensamos, licita-nos uma interpretação temporal dos mecanismos do desconhecimento/reconhecimento ideológico:

Quer seja pensado como círculo, quer como linha, o caráter que domina toda concepção ocidental do tempo é a pontualidade. Representa-se o tempo vivido mediante um conceito metafísico-geométrico (o ponto-instante inextenso) e então se procede como se este próprio conceito fosse o tempo real da experiência (Agamben, 2005, p. 122).

A formulação do filósofo italiano permite lançar outros olhares quanto à crítica da Ideologia de base althusseriana. Se compreendemos que *a Ideologia representa na linguagem o imaginário da existência*

*dos sujeitos*, no sentido das representações temporais, haveria que se pensar, então, como ela funcionaria enquanto mecanismo de ordenação simbólica do imaginário temporal desses mesmos indivíduos sobre o real de sua existência sobre determinado como *real temporal*.

Ainda, haveria que se notar que, como aduz Romé (2019, p. 230):

Althusser llega a la postulación del mecanismo de la interpelación como estructura atemporal, situado en el análisis del complejo concreto de formaciones en la que ese mecanismo existe, *bajo dominancia de la formación de la ideología jurídica. En el sentido analítico (el 'punto de vista de la reproducción'), la teoría de la ideología es, en realidad, la teoría de la ideología (de Estado) jurídica*. El abordaje estructural del funcionamiento de esa formación nos permitirá advertir lo que en ella hay de atemporal, en los términos de un mecanismo que funciona experiencialmente como un círculo sin tiempo, que permite inteligir lo que esa formación ideológica específica comparte con otras – dominantes en otros tiempos – como la formación ideológica de la religión (cristiana).

Uma analítica concreta dos funcionamentos ideológicos, de filiação materialista, pode, portanto, desde o ponto de vista da *reprodução* (não econômica) das atuais condições de produção do MPC, dar consequência à complexidade desses mesmos funcionamentos, havendo-os sob a *dominância* da *ideologia jurídica*, mecanismos que funcionam como *um círculo sem tempo*.

Diante do quanto discutido até aqui, um retorno a algumas formulações do *Curso de linguística geral* (CLG) sobre o tempo nos parece particularmente salutar:

Poucos linguistas percebem que a intervenção do fator tempo é de molde a criar, para a Linguística, dificuldades particulares, e que ela lhes coloca a ciência diante de duas rotas absolutamente divergentes (Saussure, 2012, p. 120).

[...] a língua constitui um sistema de valores puros que nada determina fora do estado momentâneo de seus termos. Enquanto, por um de seus lados, um valor tenha raiz nas coisas e em suas relações naturais (como é o caso na ciência econômica – por exemplo, um campo vale na proporção do que produz), pode-se, até certo ponto, seguir esse valor no tempo, lembrando sempre que, a cada momento, ele depende de um sistema de valores contemporâneos (*idem*, p. 122).

Eis porque distinguimos duas linguísticas. Como as designaremos? Os termos que se oferecem não são todos igualmente apropriados para marcar essa diferença. Assim, história e 'linguística' não são utilizáveis, porque suscitam ideias muito vagas; como a história política compreende tanto as descrições de épocas como a narração de acontecimentos, poder-se-ia imaginar que, ao descrever estados sucessivos da língua, se estivesse estudando a língua conforme o eixo do tempo; para isso, seria mister encarar separadamente os fenômenos que fazem passar a língua de um estado a outro. Os termos *evolução* e *Linguística evolutiva* são mais precisos e nós os empregaremos frequentemente; por oposição, pode-se falar da ciência dos *estados* da língua ou *Linguística estática* (*idem*, p. 122).

Para melhor assinalar essa oposição, porém, e esse cruzamento das duas ordens de fenômenos relativos ao mesmo objeto, preferimos falar de Linguística *sincrônica* e de Linguística *diacrônica* (*idem*, p. 122-123).

A primeira coisa que surpreende quando se estudam os fatos da língua é que, para o indivíduo falante, a sucessão deles no tempo não existe: ele se acha diante de um estado. Também o linguista que queira compreender esse estado deve fazer *tábula rasa* de tudo quanto produziu e ignorar a diacronia. Ele só pode penetrar na consciência dos indivíduos que falam suprimindo o passado (Saussure, 2012, p. 123).

A oposição entre os dois pontos de vista – sincrônico e diacrônico – é absoluta e não admite compromissos (Saussure, 2012, p. 124).

[...] um fato diacrônico é um acontecimento que tem sua razão de ser em si mesmo; as consequências sincrônicas particulares que dele podem derivar são-lhe totalmente estranhas (Saussure, 2012, p. 126).

Esses fatos diacrônicos não tendem sequer a alterar o sistema (Saussure, 2012, p. 126).

Na perspectiva diacrônica, ocupamo-nos com fenômenos que não têm relação alguma com os sistemas, apesar de os condicionarem (Saussure, 2012, p. 127).

[...] está claro que o aspecto sincrônico prevalece sobre o outro, pois, para a massa falante, ele constitui a verdadeira e única realidade (Saussure, 2012, p. 132).

A sincronia conhece somente uma perspectiva, a das pessoas que falam, e todo o seu método consiste em recolher-lhes o testemunho; para saber em que medida uma coisa é uma realidade, será necessário e suficiente averiguar em que medida ela existe para a consciência das pessoas (Saussure, 2012, p. 132).

Uma vez de posse desse duplo princípio de classificação, pode-se acrescentar que *tudo quanto seja diacrônico na língua não o é senão pela fala* (Saussure, 2012, p. 141).

Compreendemos tais sequências como a materialização de uma tomada de posição e discurso do *CLG sobre o tempo*, a qual é constitutiva do corte saussuriano, uma vez que é na sutura do real temporal que se constrói o objeto *língua*:

Para os gramáticos e neogramáticos, a semântica estava reduzida ao estudo da mudança de sentido das palavras. Se nos reportarmos ao *Curso de Linguística Geral*, é preciso inicialmente observar que a palavra semântica não figura nele. Contudo, quando agrupamos o que pode ser relacionado à questão, convém fazer uma distinção entre, por um lado, aquilo que concerne à oposição valor-significação, assim como às relações associativas e, por outro, as questões consagradas à analogia e à aglutinação. Na verdade, essa distinção está recoberta pela oposição entre a linguística sincrônica e a linguística diacrônica. Mas, a propósito das mudanças analógicas, Saussure esboça uma análise das relações entre essas duas ordens, o que demanda alguns comentários (Haroche, Pêcheux, Henry, 2007, p. 13).

A oposição entre as ordens sincrônica e diacrônica, para efeitos do corte e, consoante Haroche, Pêcheux e Henry, uma das formas que toma a relação da língua com seu exterior específico, aparece como recobrimento da oposição valor/significação, tocando o problema do *sujeito* no que se refere à problemática das mudanças analógicas, constituídas pela “ideologia individualista e subjetiva da ‘criação’”.<sup>10</sup>

Lemos, então, como, de uma vez, o tempo é recortado pelo discurso do *CLG* entre duas ordens,

o estático e o dinâmico, sendo essa última instância excluída dos limites de seu domínio de objetividade. Criando dificuldades para a linguística em sua emergência; marcando o estado momentâneo das determinações da língua, compreendidas em razão da contemporaneidade de seus valores; suturando o (tempo) *invisível* como cadeia de acontecimentos (causalidade) em oposição (absoluta) ao tempo visível, reconhecido/percebido pela consciência dos falantes; emprestando o caráter de *em si* (assistemático) aos fatos diacrônicos; o discurso do CLG divide o Tempo entre um *tempo fora da língua*, resto não teorizado, identificável a *um passado diacrônico* que condiciona e se opõe ao *tempo da língua* como um *presente sincrônico*. Diremos que o dispositivo intratemporal *presente sincrônico* funciona na interpretação<sup>11</sup> do tempo da língua, por ela e em relação a ela mesma, comportando desde aí uma sua organização em *níveis*. A passagem ao nível do concreto discursivo induz *mudanças de terreno*.

A contribuição de Saussure, ao seu revés, deixa aberta trilhas para a articulação do tempo como uma estrutura material, especificando o seu relevo linguístico, a injunção ao presente sincrônico: uma relação, tal como construída no corte, do tempo imanente à língua, com um tempo que, ausente desta, constitui e afeta as suas formas. Ao tratar, por exemplo, das “Unidades, identidades e realidades diacrônicas” (Capítulo VIII) da terceira parte (“Linguística diacrônica”), formula o pensador:

A Linguística opera com unidades que existem segundo o encadeamento sincrônico (Saussure, 2012, p. 239).

[...] dissemos [...] que a alteração do signo é um deslocamento de relação entre o significante e o significado. Essa definição se aplica não somente à alteração dos termos do sistema, mas também à evolução do próprio sistema; o fenômeno diacrônico, em sua totalidade, não é outra coisa (Saussure, 2012, p. 241).

Entretanto, uma vez que tenhamos comprovado um determinado deslocamento das unidades sincrônicas, estaremos longe de nos ter dado conta do que se passou na língua. Existe um problema da *unidade diacrônica* em si: consiste em perguntar, a propósito de cada acontecimento, qual o elemento submetido diretamente à ação transformadora (Saussure, 2012, p. 241).

[...] as unidades que forem delimitadas nesse domínio não corresponderão necessariamente às do domínio sincrônico. De conformidade com o princípio firmado na primeira parte, a noção de unidade não pode ser a mesma. Em todo caso, não será completamente elucidada enquanto não tiver sido estudada em seus dois aspectos, o estático e o evolutivo. Somente a solução do problema da unidade diacrônica nos permitirá ultrapassar as aparências do fenômeno de evolução e atingir-lhe a essência. Aqui, como na sincronia, o conhecimento das unidades é indispensável para distinguir o que é ilusão do que é realidade (Saussure, 2012, 241).

Outra questão, particularmente delicada, é a da *identidade diacrônica*. Com efeito, para que eu possa dizer que uma unidade persistiu idêntica a si mesma, ou que, persistindo como unidade distinta, mudou de forma ou de sentido – por exemplo – pois todos esses casos são possíveis –, cumpre que eu saiba em que me baseio para afirmar que um elemento tomado a uma época – por exemplo, a palavra francesa *chaud* – é a mesma coisa que um elemento tomado a outra época – por exemplo, o latim *calidum* (Saussure, 2012, 241).

Compreendemos como, portanto, para Saussure, o problema das unidades é caro ao linguista. A

construção analítica e metodológica das unidades sincrônicas, contudo, não descuida do problema das unidades ditas *diacrônicas*, mantendo com ela relação de defasagem temporal, tanto como o presente se opõe ao passado. De outro lado, Saussure assume e descreve *identidades diacrônicas*, as quais podem ser lidas, entendemos, como paráfrases (discursivas) temporais. A questão da identidade, ademais, suscita o seu oposto, a da diferença.

Uma história do presente (sincrônico) escorre da partilha do tempo em níveis,<sup>12</sup> sob a base uma da sincronia, pelas diferentes tradições linguísticas. Há uma sintaxe do tempo como categoria do sintagma verbal, acumulando as categorias de *modo*, em que o futuro pode ser uma modalidade (possível ou provável); da *modalização* (através do condicional, o falante pode deixar de assumir o seu enunciado, mas o condicional é também o futuro do pretérito); do *aspecto*; onde “[...] a categoria do tempo dependerá do estatuto da comunicação, isto é, da oposição entre a enunciação e a narrativa” (Dubois *et al*, 2014, p. 544). Em Gramática Gerativa, o *Tempo* (T) é o constituinte obrigatório do auxiliar, cuja regra de reescrita, em português, pode ser: Aux → T (Perf) (M) (Perf), conforme ainda Dubois *et al* (2014, p. 544-545) “em que o auxiliar se reescreve pelo tempo e facultativamente por dois constituintes perfeitos Perf (*ter* ou *haver* e, em casos residuais, *ser*) + particípio passado e modais M (dever, poder, ir etc., e o infinitivo)”.

Benveniste (1976), por sua vez, situa o funcionamento do tempo da língua como parte dos processos enunciativos. O linguista irá distinguir, então, a esse propósito, entre as enunciações *histórica* e *discursiva*, tendo por base as relações de tempo no verbo francês:

A enunciação *histórica* [...] caracteriza a narrativa dos acontecimentos passados. Esses três termos, *narrativa*, *acontecimento*, *passado*, devem ser igualmente sublinhados. Trata-se da apresentação dos fatos sobrevividos a um certo momento do tempo, sem nenhuma intervenção do locutor na narrativa. Para que possam ser registrados como se tendo produzido, esses fatos devem pertencer ao passado. Sem dúvida, seria melhor dizer: desde que são registrados e enunciados numa expressão temporal histórica estão caracterizados como passados. A intenção histórica constitui realmente uma das funções da língua: imprime-lhe a sua temporalidade específica (Benveniste, 1976, p. 262).

Definiremos a narrativa histórica como o modo de enunciação que exclui toda forma linguística ‘autobiográfica’. O historiador não dirá jamais eu nem tu nem aqui nem agora, porque não tomara jamais o aparelho formal do discurso que consiste em primeiro lugar na relação de pessoa eu: tu. Assim, na narrativa histórica estritamente desenvolvida, só se verificarão formas de ‘terceira pessoa’ (Benveniste, 1976, p. 262).

Por contraste, situamos de antemão o plano do *discurso*. É preciso entender o discurso na sua mais ampla extensão; toda enunciação que suponha um locutor e um ouvinte e, no primeiro, a intenção de influenciar, de algum modo, o outro (Benveniste, 1976, p. 267).

Seguindo Benveniste, diremos que o presente sincrônico se constrói como parte do funcionamento histórico/discursivo enunciativo dos mecanismos linguísticos, em termos de sua relativa imanência, isto é, como fio do tempo (intratempo), sobredeterminado por Outro tempo. Que este tempo Outro não se observa, senão indiretamente, como os efeitos de retorno de um real exterior no texto presente.

Diremos ser *o presente sincrônico* (nível tipicamente linguístico da determinação temporal) a rede do real linguístico desde onde *o presente histórico* é vivido/experenciado/percebido pelos sujeitos. No campo do sentido, um *presente (inter)discursivo* dirá, a propósito das diferentes presentificações históricas, que o *presente sincrônico* é matéria formular determinada por um presente-ausente: o presente ideológico como jogo de formações temporais em relação de desigualdade/subordinação/contradição.<sup>13</sup>

Um momento outro de reaproximação transversal à problemática do tempo no arquivo teórico mobilizado para a presente reflexão leva-nos na direção do que a teoria materialista do discurso formula a propósito do duplo esquecimento (discursivo/enunciativo), desde onde se nos anunciam relações de sentido teóricas entre algumas formulações saussurianas sobre *espaço* e formulações heideggerianas também a esse propósito, admitindo-se um retorno deste último sobre aquele, no que se refere a uma compreensão efetivamente material do tempo como um objeto que, excedendo o linguístico (presente sincrônico), é o terreno da construção de um quarto tempo (filosófico)<sup>14</sup> e de um espaço de/do arquivo (articulado como e na montagem).<sup>15</sup>

Do lado das relações de espacialidade, não se cuidará, portanto, de um espaço-tempo *referencial* ou *representado*, mas *apresentado/apresentável*.<sup>16</sup> Propomos, a seguir, um caminho leitor que nos leva a remontar de Saussure a Heidegger, na direção de uma ressignificação da especificidade material temporal da teoria dos dois esquecimentos (M. Pêcheux) e de um rearranjo do valor teórico que um Outro conceito de espaço pode assumir para o materialismo interdiscursivo, trajeto que nos conduz à proposição de uma unidade analítica: o que chamaremos *distância discursiva* como dimensão de articulação de um espaço-tempo *ausente* nos arquivos.

As teorias linguísticas costumam tratar a questão da distância no registro eminentemente subjetivo da língua, qual seja, a enunciação, no que concerne à marcação (representação da diferença) entre Outro/Um. Nesse sentido, as seguintes formulações definitórias:

distância

1. Por certas palavras, conscientemente ou não, um falante pode deixar ver que ele não pertence, ou não quer pertencer, ou não tem nada em comum com o grupo ou as pessoas com as quais ele fala. Essas palavras são *marcas de distância*; assim, o tratamento *senhor* pode ser marca de distância por oposição a *você*.

2. Pode-se também falar de *distância* a respeito da relação que o falante quer estabelecer, não entre si e outrem, mas entre si e seu discurso. Quanto maior a distância, tanto mais didático é o discurso. O indivíduo como tal não intervém nos enunciados (desaparecimento de tudo o que se refere a ele pessoalmente, como, p. ex., o pronome *eu*). (Dubois *et al*, 2014, p. 187).

exotopia *s.f.* Bakhtin

Outras denominações: distância.

Definição: condição de exterioridade pessoal, espacial, temporal, linguística e cultural.

Fonte da definição: BAK95: 15, 23 (Flores *et al*, 2020, p. 117).

De um lado, as distinções temporais podem ser marcadas por muitos outros meios além do tempo do verbo (os advérbios e os complementos de tempo; as datas); e mesmo, em certas línguas

como o hebraico antigo, um elemento essencial da noção de tempo, a distinção cronológica do passado, do presente e do futuro, não é diretamente assinalada no interior do verbo. De outro lado, o tempo do verbo não serve apenas para designar a temporalidade mas significa também uma relação particular entre aquele que fala e aquilo de que se fala. Nós nos preocuparemos aqui, entretanto, com um fenômeno que se situa a igual distância de um e do outro 'tempo': *da representação do tempo com a instância da enunciação*. É o que se chamará, na acepção ampla, O TEMPO DO DISCURSO (Ducrot, Todorov, 2007, p. 283-284).

Este tempo se organiza em torno do *presente*, noção puramente linguística, que designa *o momento em que se fala* (Ducrot, Todorov, 2007, p. 283-284).

No registro imaginário (enunciativo) dos discursos, um espaço, igualmente imaginário, função da representação Um/Outro, individualiza os enunciados/enunciadores na geografia (opositiva) da língua (primeira e segunda definições) e é função exterior de um espaço Outro/outro (mostrado/constitutivo), descrito por Bakhtin já seja em sua teoria da subjetividade, da autoria, bem como da cultura:

Na constituição da subjetividade, precisa-se de outros, da sua posição exotópica. Sem isso, não se consegue perceber de fato e assimilar integralmente sequer a própria imagem externa - nenhum espelho ou foto ajudarão a instituir essa imagem. A imagem externa pode ser vista e entendida apenas por outras pessoas graças à sua posição exotópica e ao fato de serem outras. É de fora que vêm coordenadas que vão constituindo os seres que estão sempre por se consumir. Embora a alteridade seja constitutiva da individualidade, o eu e os outros não coincidem, seus horizontes não se fundem porque cada um ocupa um lugar único na existência. Essa complexa rede de relações englobando a alteridade constitutiva e a condição singular e irredutível da individualidade, é que torna inexorável o diálogo (Flores *et al*, 2020, p. 117-118).

Dessas formulações definitórias nos apropriamos, sobretudo, da instituição do espaço-tempo como uma exterioridade ao dizer. Nesse sentido, aproximamos algumas das formulações saussurianas sobre *espaço*, notadamente, aquelas que se dirigem à linguística geográfica (quarta parte do *CLG*):

O que primeiro surpreende no estudo das línguas é sua diversidade, as diferenças linguísticas que se apresentam quando se passa de um país a outro, ou mesmo de um distrito a outro. Conquanto as divergências no tempo escapem ao observador, as divergências no espaço saltam imediatamente aos olhos; os próprios selvagens as percebem, graças aos contatos com outras tribos que falem outra língua. É exatamente por via dessas comparações que um povo toma consciência de seu idioma (Saussure, 2012, p. 253).

[...] a diversidade geográfica foi a primeira comprovação feita em Linguística; ela determinou a forma inicial da pesquisa científica em matéria de língua, inclusive entre os gregos; é verdade que estes não só se preocupavam com a variedade existente entre os diferentes dialetos helênicos; mas isso porque, de modo geral, seu interesse não ultrapassava nunca os limites da própria Grécia (Saussure, 2012, p. 254).

Após verificar que dois idiomas diferem, somos instintivamente levados a descobrir analogias entre eles (Saussure, 2012, p. 254).

Que é que cria essas diferenças? Quando se acredita que seja unicamente o espaço, é-se vítima de

uma ilusão. Por si só, o espaço não pode exercer nenhuma ação sobre a língua. No dia seguinte ao do seu desembarque em L', os colonos saídos de L falavam exatamente a mesma língua da véspera. Esquece-se o fator tempo, porque é menos concreto que o espaço; na realidade, porém, é dele que releva a diferenciação linguística. A diversidade geográfica deve traduzir-se em diversidade temporal (idem, p. 261).

A separação dos dois idiomas é a forma tangível do fenômeno, mas ela não o explica. Sem dúvida, esse fato linguístico não se teria diferenciado sem a diversidade de lugares, por mínima que fosse; todavia, por si só o distanciamento não cria diferenças. Assim como não se pode julgar um volume por uma superfície, mas somente com a ajuda de uma terceira dimensão, a profundidade, também o esquema da diferenciação geográfica não fica completo senão quando projetado no tempo (Saussure, 2012, p. 262).

*A direção do movimento* é atribuível ao meio; é determinada por imponderáveis agindo em cada caso, sem que seja possível demonstrá-los ou descrevê-los. Um *u* se torna *ü* num dado momento, num dado meio; por que se modificou nesse momento e nesse lugar, e por que se tornou *ü* e não *o*, por exemplo? Eis o que ninguém poderia dizer. Mas *a própria mudança*, abstração feita de sua direção especial e de suas manifestações particulares, em poucas palavras, a instabilidade da língua, depende somente do tempo. A diversidade geográfica é, pois, um aspecto secundário do fenômeno geral. A unidade de idiomas só pode ser achada no tempo. Trata-se de um princípio de que o comparatista se deve imbuir se não quiser ser vítima de lamentáveis ilusões (Saussure, 2012, p. 262).

Sintetizando relações de sentido ainda distantes de serem suficientemente linearizadas, diremos que a demarcação saussuriana do objeto língua precisa deixar de lado, com o sujeito, dois de seus campos de desdobramento, dois outros excedentes - os quais são reintroduzidos na prática descritiva do linguista através das disciplinas enunciativas -, a saber: o espaço e o tempo. Recompõe-se, assim, um pano de fundo em que o sujeito da ciência (linguística, neste caso) é o sujeito kantiano, no sentido de seu exterior pertinente e analisável: forma estruturalmente (espaço-temporalmente) vazia que espacializa e temporaliza n(a) história, combinando *duração* e *direção*, isto é, fazendo sentido. Desde Heidegger (2012, 2015, 1991), conforme pensamos, recuperamos algumas formulações interessantes a esse propósito, embora se cuidem de relações de sentido teóricas ainda em estágio descritivo:

Cada mundo individual descobre cada vez a espacialidade do espaço que lhe pertence. Fazer que o utilizável venha de encontro cada vez em seu espaço do mundo-ambiente só permanece onticamente possível porque o *Dasein* é ele mesmo 'espacial' quanto ao seu ser-no-mundo (Heidegger, 2012, p. 305).

A espacialidade do *Dasein* que por sua essência não é subsistência não pode significar algo que ocorre em um lugar do 'espaço cósmico', nem a utilizabilidade em um lugar próprio (Heidegger, 2012, p. 307).

Como ser-em-des-afastante, o *Dasein* tem ao mesmo tempo o caráter do *direcionamento*. Todo ficar-perto já tem de antemão um direcionamento numa região a partir da qual o des-afastado se aproxima para poder ser encontrado quanto ao seu lugar-próprio (Heidegger, 2012, p. 316-317).

Desse direcionamento surgem as direções fixas para a direita e para a esquerda. Assim como seus des-afastamentos, o *Dasein* traz também constantemente consigo essas direções (Heidegger, 2012, p. 317).

Esquerda e direita não são algo ‘subjetivo’, de que o sujeito tem um sentimento, mas direções do ser-direcionado no interior de um mundo cada vez já utilizável. ‘Pelo mero sentimento de uma diferença de meus dois lados’ [Kant, em *Que significa orientar-se no pensar*] eu nunca poderia me orientar em um mundo. O sujeito com o ‘mero sentimento’ dessa diferença é um ponto-de-partida construtivo, que não leva em conta o fato de que o *Dasein* com este ‘mero sentimento’ já *está e deve estar* cada vez em um mundo, para poder se orientar. É o que fica claro no exemplo com que Kant procura elucidar o fenômeno da orientação (Heidegger, 2012, p. 318-319).

Se devo me orientar, em nada me ajuda o ‘mero sentimento da diferença’ dos meus dois lados, enquanto não for apreendido um objeto determinado, ‘cuja posição’, diz Kant de passagem, ‘tenho na memória’. O que significa que: oriento-me necessariamente em e por um cada vez já sendo junto a um mundo ‘conhecido’ (Heidegger, 2012, p. 319).

A materialidade do sujeito é direcionável, lugar em que o espaço funciona como um de seus determinantes, o mundo/espaço ‘conhecido’ o é ao modo do *a priori*, da *Orientierung*, mas e, somente se, pensamos, o determinante *Orientierung* é concretamente compreendido como matéria-prima transformando-se em consciência espacial na história (sentido).<sup>17</sup>

Não buscando, no arquivo, uma unidade idiomática entre as línguas brasileira e argentina, mas uma unidade de outra ordem, discursivamente construída, nos termos de uma série diferencial - construída no espaço e tempo do/no arquivo.

Diante dessa problemática, e com o objetivo de contribuir com a formulação de novas categorias analíticas alternativas aos funcionamentos de realidade gestados nos discursos comparatistas, formulamos o conceito *distância discursiva* para caracterizar fragmentos de linguagem-e-situação (espaço-temporal), organizados, sob o primado teórico da ausência, isto é, da incompletude, de acordo com o objetivo, o alcance e a configuração das condições de produção da análise.<sup>18</sup>

O arquivo, portanto, formula-se como e através da combinação desigual sobredeterminante entre heterogeneidades materiais (saberes, sujeitos, conceitos teóricos), constituindo-se como um mapa diagramático das repetições/diferenças significantes (em diferentes registros de regularidade enunciativo-histórica).

Ainda, pondo o arquivo teórico em relação à formulação heideggeriana linearizada no § 23 (“o ser-entediado e o passatempo”) de *Os conceitos fundamentais da metafísica*, de Heidegger (2015), que, de acordo com nosso olhar, permite especificar, no materialismo interdiscursivo, o relevo temporal da teoria do duplo esquecimento face à interpelação ideológica:

[...] nós matamos o tempo. Mas o que significa aqui matar o tempo? Nós com certeza não afugentamos o tempo. Matar significa aqui impeli-lo a avançar, impulsioná-lo até aí, estimulá-lo ao movimento. Mas este ‘matar o tempo’ [Zeitvertreib] é em si propriamente um matar o tédio, e matar significa agora: expulsar, dissipar. O passatempo é *uma expulsão do tédio: uma*

*expulsão que se perfaz através de um estímulo ao tempo* (p. 124).

Apropriando-nos da relação entre *tempo* e *esquecimento* formulada por Heidegger a partir do dispositivo teórico discursivo materialista, apreendemos, nessa articulação, o funcionamento do Tempo Outro (intertempo), em seu efeito no sujeito, ponto em que concebemos o esquecimento do tempo (*Zeitvertreib*) condição do funcionamento temporal da interpelação ideológica. O esquecer o tempo é parte do seu temporalizar-se. A ideologia funcionaria, então, como mecanismo de passar (também no sentido outorgar) o tempo que afeta, já desde sua constituição, o Sujeito. Mas o tempo é também parte dos mecanismos de individuação desses mesmos sujeitos. Diremos agora: o presente sincrônico é lugar de desdobramento da dimensão de historicidade dos sujeitos no arquivo de Estado, em que são temporalizados (por exemplo, através do funcionamento enunciativo da datação em jogo no texto de registro de um nascimento).

Pensamos ter formulado algumas das condições de uma compreensão discursiva do tempo como regime de materialidade imaginária. O tempo interpela, os homens fazem o tempo, mas não da forma que acreditam, no seu assujeitamento ao relógio, o tempo precede o tempo, o que, para nós significa restituir ao real em seu estatuto legível, uma sua estrutura temporal. O sujeito falante é necessariamente temporal não apenas porque a língua organiza o tempo e assim o temporaliza, como parte de suas injunções (sincronia), senão e também porque, discursivamente esse mesmo tempo é base para o desdobramento de uma temporalidade estrutural complexa, que reparte o presente em *zonas* (Glozman, 2023). O discurso o ordena, liga. Como arquivo, o des/re/combina em montagens. Tratar, assim, do tempo como texto que surge enquanto acontecimento a ler nos parece o terreno oportuno para montar um novo tempo. Remontando, ainda, a Foucault (2001), colocamo-nos na direção de afirmar o *infinito*,<sup>19</sup> o *finito* e o *semi-finito* como práticas discursivas heterogêneas de montagem do tempo.

A matéria temporal existe de muitas formas, ou, como quer Heidegger (2012, p. 831), “a temporalidade tem distintas possibilidades e diferentes modos de se *temporalizar*”. Nosso gesto, dá consequência vertical teórica a essa problemática no terreno concreto do discurso, sem contudo, esgotar possibilidades de descrição e formulação de seu valor conceitual, o que, por si, seria inscrever o arquivo numa macroregularidade constitutiva da discursividade ocidental, caracterizada pelo encobrimento do sentido do tempo como presença [o ser é x].<sup>20</sup> A isso, o arquivo resiste através da inversão do tempo como ausência.

Uma compreensão materialista (inter)temporal do sentido nos parece ser liberada como rastro nas formulações de Pêcheux, em maio de 1980, no texto *Delimitações, inversões, deslocamentos*:

A existência do invisível e da ausência está estruturalmente inscrita nas formas linguísticas da negação, do hipotético, das diferentes modalidades que expressam um ‘desejo’, etc., no jogo variável das formas que permutam o presente com o passado e o futuro, a constatação assertiva com o imperativo da ordem e a falta de asserção do infinitivo, a coincidência enunciativa do pronome eu com irrealizado nós e a alteridade do ele (ela) e do eles (elas)... Através das estruturas que lhe são próprias, toda língua está necessariamente em relação com o ‘não está’, o ‘não está mais’ o ‘ainda não está’ e o ‘nunca estará’ da percepção imediata: nela se inscreve assim

a eficácia omni-histórica da ideologia como tendência incontornável a representar as origens e os fins últimos, o alhures, o além e o invisível (Pêcheux, 1999, p. 8).

## Referências

- AGAMBEN, Giorgio. Crítica do instante e do contínuo. *In: Infância e história*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.
- DUCROT, Oswald; TODOROV, Todor. **Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem**. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de lingüística geral I**. Campinas: Pontes Editores, 2005.
- DUBOIS, Jean; GIACOMO, Mathée; GUESPIN, Louis; MARCELLESI, Christiane; MARCELLESI, Jean-Baptise; MEVEL, Jean-Pierre. **Dicionário de linguística**. São Paulo: Cultrix, 2014.
- FLORES, Valdir do Nascimento; BARBISAN, Leci Borges; TEIXEIRA, Marlene; FINATTO, Maria José Borcony. **Dicionário de linguística da enunciação**. São Paulo: Contexto, 2020.
- FREGÉ, Gottlob. Sobre o Sentido e a Referência. *In: ALCOFORADO, Paulo (org. e trad.). Lógica e Filosofia da Linguagem*. São Paulo, Cultrix/Edusp, 1978.
- GLEISER, Marcelo. **Criação imperfeita**. Rio de Janeiro: Record, 2014.
- GLOZMAN, Mara. Morfología lingüística, saberes metalingüísticos y formación discursiva: Desafíos del lenguaje inclusivo en la Argentina actual. **Caracol**, v. 25, n. , 2023, p. 543-574.
- HAROCHE, Claudine; PÊCHEUX, Michel; HENRY, Paul. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. *In: BARONAS, Roberto Leiser (org.). Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. São Carlos: Pedro & João, 2007.
- HEIDEGGER, Martin. O fim da filosofia e a tarefa do pensamento. *In: HEIDEGGER, Martin. Conferências e escritos filosóficos*. São Paulo: Nova Cultural, 1991.
- HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2012.
- HEIDEGGER, M. *Os conceitos fundamentais da metafísica: mundo, finitude, solidão*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. Segmentar ou recortar. **Série estudos**, v. 10, p. 9-26, 1984.
- PÊCHEUX, Michel. Linguística e marxismo: formações ideológicas, aparelhos ideológicos de estado, formações discursivas. *In: ADORNO, Guilherme; MARCEL, P.; MAZIÉRE, Francine. Entrevista com Francine Mazière: “Pêcheux sempre trabalhou com andaimes”*. **Encontros na análise de discurso: efeitos de sentidos entre continentes**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2019.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. **Cadernos de Estudos lingüísticos**, v. 19, p. 7-24, 1999.

ROBIN, Régine. **A memória saturada**. Campinas: Editora da Unicamp, 2019.

ROMÉ, Natalia. ¿Hay algo allá afuera? Historia y discurso en la teoría de Michel Pêcheux. *Fragmentum*, n. 54, p. 223-246, 2019.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2012.